

Missões religiosas na mira da Funai

ROBERTO LANZETTA

BRASÍLIA — Os índios sateré-mawé, da área de Andaraí, na fronteira do Pará com o Amazonas, não sabem o que fazer com o dinheiro que receberam da empresa Elf-Equitaine, que tentou encontrar petróleo sem êxito em suas terras. A tribo está dividida: metade sofre a influência dos padres católicos salesianos; metade dos protestantes da Missões Novas Tribos do Brasil. Os religiosos têm planos diversos para o uso do dinheiro obtido graças aos contratos de risco feitos pela empresa francesa e a Petrobrás.

A Funai, que até agora sabe da história superficialmente, deslocará funcionários para a região somente em março. Mas esta é apenas mais uma de uma série de denúncias que vem recebendo e arrolando sobre a atuação das missões religiosas em áreas indígenas do país.

Os convênios entre a Funai e essas missões estão suspensos desde dezembro do ano passado. A partir deste mês, a Fundação Nacional do Índio, quase sem recursos, sem pessoal e sem um prazo estipulado para concluir, começa um levantamento qualitativo, "de campo", sobre as 96 missões (62 católicas, 32 protestantes, uma sincrética e uma espiritualista) que atuam em 20 estados, junto a 192 tribos.

As missões religiosas operam em áreas indígenas há cerca de 40 anos. A Funai tem 18 anos de existência (14 presidentes) e durante todo este tempo, vem colecionando denúncias de contrabando, trabalho escravo, espionagem, desestruturação de etnias, entre outras. Entretanto, somente no final do ano passado resolveu suspender por seis meses todos os convênios com as organizações religiosas e outros organismos a elas vinculados, para tentar rever a sua política indigenista.

Os dois antropólogos, o linguísta, a enfermeira e a historiadora que compõem o grupo de trabalho e Assessoria de Estudos e Pesquisas (Aesp) vão recomendar a suspensão das atividades das missões que não se compuserem dentro das novas normas a serem traçadas pela Funai, que ainda esperam contribuição das populações indígenas, de intelectuais, universidades e dos preocupados com o as-

Acusações a religiosos vão desde o contrabando ao trabalho-escravo

susto. As que se dispuserem a continuar o seu trabalho serão submetidas a intensa fiscalização.

Muitos convênios não serão renovados, acreditava o presidente demissionário da Funai, Apoena Meirelles, um sertanista de 36 anos. "Mas não podemos assumir nenhuma decisão mais drástica com relação às missões, pois a Funai não tem recursos humanos e materiais para substituí-las", acrescenta.

Apoena, de maneira geral, é um crítico do trabalho das missões, mas sabe que é muito difícil alterar o quadro existente. O Governo não tem recursos para retirar e substituir as missões. A saída é normatizar as suas atuações e fiscalizá-las. As que concordarem com as imposições, poderão continuar e terão seus convênios renovados. Caso contrário, serão retiradas — admite.

Estão na mira da Funai, por exemplo, a Missões Evangélicas da Amazônia (Meva) e a Novas Tribos do Brasil, ambas provenientes dos Estados Unidos e protestantes. Em Roraima, trabalham os missionários da Meva que foram expulsos pelo Governo socialista da Guiana, junto aos índios Wai-Wai. Esses índios cultivam a tradição das expedições junto às outras tribos, mas os membros da Meva transformaram o caráter dessas expedições, tornando-as de cunho evangelizador.

Uma tribo do Acre acusou a Novas Tribos de fazer contrabando de minérios, e o índio ianomani Marcelo foi à Funai dizer que o padre Carlo Galli, italiano e salesiano, empregava os índios da região de Maturacá, no rio Canabris, numa forma de trabalho-escravo. A Novas Tribos, que atua em todo o mundo, tem missões na fronteira com Bolívia e Colômbia também foi acusada de contrabando.

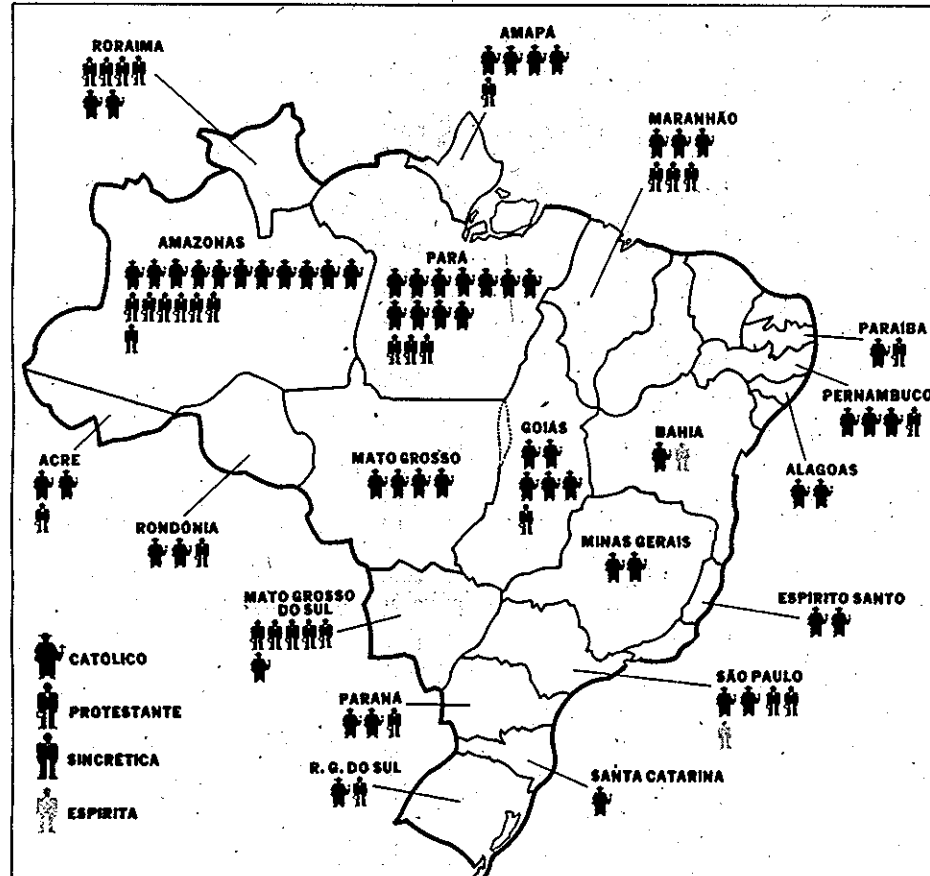
A Funai quer ter um levantamento completo dessas denúncias e avaliar os objetivos das missões — evangelização, assistência social e educação — porque a partir de 1982, perdeu os registros dos missionários que trabalhavam junto aos índios. Sêquer do número de religiosos trabalhando em áreas indígenas a Funai dispõe. Falam em cerca de 700, mas, segundo uma funcionária do órgão, este deve ser o contingente somente a serviço da organização Novas Tribos.

etc." Mas esbarrou no conceito de missionário, que é muito amplo.

Desta forma, a política que o Ministério vem aplicando — até o dia 15, pelo menos — é uma discriminação informal em favor de católicos e protestantes.

Um pedido do reverendo líder dos protestantes ou de D. Luciano Mendes, Secretário-Geral da CNBB, é prontamente atendido, conta Cerqueira.

Um levantamento feito pela Funai dá a católicos e protestantes, de fato, a absoluta supremacia no trabalho junto aos indígenas. O Conselho Indigenista Missionário (CMI) atua no Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Acre, Goiás, Bahia e Santa Catarina.



O mapa mostra as áreas de atuação das 96 missões religiosas junto aos índios

A lei muda. Mas assim mesmo não fica mais fácil impedir abusos

Os principais problemas para a Funai, nas áreas indígenas, não são as missões religiosas. São duas instituições ligadas às missões, mas registradas como sociedades de utilidade pública: a Asas do Socorro, atualmente sob investigação da Polícia Federal, e o Summer Institute of Linguistic (Sil), que estão sob o fogo cerrado da Associação Brasileira de Antropologia, Comissão Pro-Índio de São Paulo, Centro de Trabalho Indigenista e Museu Nacional.

Apesar de apresentar-se como uma sociedade assistencial e filantrópica, o Sil tem como sua principal atividade a tradução do Novo Testamento, como subsidiário da Wycliff Bible Translators, responsável por 92 % de seus recursos, e preparar linguístas missionários principalmente para a missão Novas Tribos.

Em seus estatutos, o Summer Institute diz que "a Bíblia tem repetidamente efetuado grandes transformações por onde tem passado, e o objetivo é "contribuir para o soerguimento moral e espiritual do indígena, providenciando-lhes acesso à revelação da existência de Deus". Dizendo-se uma sociedade de caráter filantrópico sem objetivar lucros, dedicada à pesquisa lingüística, o Sil tem aviões, barcos e, em 1982, vendeu uma área de mais de 3 mil hectares em Coxipó da Ponte, perto de Cuiabá.

Foi com base em denúncias de várias entidades que a Funai suspendeu o convênio que mantinha com o Sil, dando-lhe exclusividade de atuação em 50 áreas indígenas (cerca de 60 mil índios), com poderes superiores à própria Funai. Como este: "não permitir o ingresso ou permanência de pessoas, mesmo membros de entidades religiosas, que pela exteriorização de suas atitudes possam vir a trazer situações que

provoquem animosidade no meio indígena e prejudiquem a ação da Funai."

No entanto, é muito difícil quebrar este monopólio do Sil sem voltar à estaca zero. No Brasil, existem somente 2 linguístas interessados nas línguas indígenas; na Funai trabalham dois deles.

Duvidosa também é a função da Asas do Socorro, instituição lançada à notoriedade nacional com o envolvimento no caso do contrabandista Antonio Calvares, de Goiás. Num relatório de oito páginas, feito em 1982, o Serviço Nacional de Informações dizia ter fortes indícios de que a instituição estaria implicada em contrabando de pedras preciosas e minérios. Um mapeamento de sua rede de telecomunicações dava-lhe uma dimensão na Amazônia, tão grande ou maior que a do Exército brasileiro. Estranhamente, este relatório foi parar no Departamento de Justiça Federal e apenas no ano passado chegou à Polícia Federal.

Contra a Asas do Socorro, até agora, não foi levantado muita coisa de concreto. A Superintendência de Goiás da Polícia Federal está numa fase de investigação preliminar, sem ter apurado indícios para abrir um inquérito policial. Enviou cartas precatórias ao Acre, Roraima, Amapá, e Rondônia, mas somente recebeu uma resposta. As investigações avançam lentamente. Com uma frota de cinco aviões, a Asas do Socorro se tornou quase que indispensável aos missionários que atuam nas regiões longínquas do País. Os missionários dependem da Asas do Socorro para trabalhar na região. Como vamos substituí-la se não temos pessoal? — torna a perguntar Apoena Meirelles. A Funai suspendeu o convênio com a Asas do Socorro mas não tem alternativas viáveis a curto prazo.

O pior problema: as sociedades que agem sob proteção dos missionários

A nova Lei dos Estrangeiros não trará grandes novidades com relação aos missionários que atuam no Brasil. Apenas o artigo 14, do atual estatuto, será modificado, passando de um para dois anos a permanência de "ministros de confissão religiosa" no País. Essa mudança dá ao Consultor Jurídico do Ministério da Justiça, Marcelo Cerqueira, que elaborou o novo texto, motivos para afirmar que "mudou a política em relação aos missionários católicos e protestantes, que são a maioria".

Cerqueira tinha outros planos para os missionários. Pretendia criar artifícios que impedissem atuação de enviados da seita Moon, por exemplo, "e outros que se dedicam a atividades marginais, como a espionagem para a CIA, grupos fascistas